

# INTRODUÇÃO. HISTÓRIA, HISTÓRIA DAS MULHERES, HISTÓRIA DO GÉNERO. PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Teresa Pinto<sup>1</sup> e Teresa Alvarez<sup>2</sup>

CEMRI, Universidade Aberta, Portugal  
CEMRI, Universidade Aberta, Portugal

Neste *dossier* temático, intitulado História, História das Mulheres, História do **Género. Pretendeu-se** evidenciar os contributos da história das mulheres e da história do género para a renovação da ciência histórica e problematizar as suas repercussões na história ensinada e na história transmitida em geral.

## A História das mulheres e a produção histórica

A História, como qualquer ciência, é uma construção social, desde o lugar epistemológico que a define, passando pelas teorias que a conformam, até aos modos de recolha e seleção dos dados empíricos que a sustentam. Como tal, situa-se e ressitua-se historicamente. Isto significa que é influenciada pelo sistema de valores e pela trama das relações sociais de poder, incluindo as relações sociais de género, estabelecidas em cada época e lugar. A investigação está, pois, como afirma Michel de Certeau, «circunscrita pelo lugar que uma conexão do possível e do impossível define» e a história conforma-se, não só «por uma relação da linguagem com o corpo (social) (...) [como] também, pela sua relação com os limites que o corpo impõe, quer sobre o modo de ser do lugar particular donde se fala, quer sobre o modo de ser do objeto diferente (passado, morto) de quem se fala» (Certeau, 1987: 31).

As primeiras pesquisas sobre as mulheres antecederam a renovação universitária e devem tributo aos «movimentos feministas que, na tentativa de recuperação de uma memória colectiva, colocaram as mulheres na cena da história» (Vaquinhas, 2002: 149). O forte impacto dos movimentos de mulheres e feministas implicou a valorização das questões relativas às mulheres, por via da sua vertente reivindicativa, e suscitou um profícuo debate teórico e epistemológico no seio das ciências sociais e humanas, pela crítica aos paradigmas do universal, do progresso, da neutralidade e da natureza humana, entre outros (Scott, 1996; Rago, 2012).

A renovação historiográfica, operada na década de 1970 e enunciada na trilogia *Fazer História* (Le Goff e Nora, 1977-78) – novos problemas, novos contributos, novos objetos –, editada em França em 1974, foi favorável ao desenvolvi-

<sup>1</sup> CEMRI, Universidade Aberta, Portugal, [tpinto@cemri.uab.pt](mailto:tpinto@cemri.uab.pt)

<sup>2</sup> CEMRI, Universidade Aberta, Portugal, [teresa.alvarez@netcabo.pt](mailto:teresa.alvarez@netcabo.pt)

mento da História das Mulheres. Esta beneficiou, nomeadamente, da abertura ao diálogo interdisciplinar, em especial com a sociologia e a antropologia, bem como do aprofundamento dos estudos da demografia histórica, os quais estimularam a história da família e concorreram para tornar a história das mentalidades e das representações uma das principais linhas de força da Nova História. Não obstante, o político e o poder continuam, na atualidade, a dominar o topo da hierarquia dos saberes históricos, dificultando a integração da pesquisa da história das mulheres.

A réplica à omissão e à subvalorização das esferas da vida social associadas ao feminino, a que Michelle Perrot chamou «os silêncios da história» (Perrot, 1998), concretizou-se, numa primeira fase, na produção de conhecimento centrado sobre o lugar das mulheres na sociedade, ou seja, sobre o seu contributo específico para o desenvolvimento humano (Thébaud, 1998). A denúncia da falta de fontes arquivísticas referentes às mulheres tornou-se um argumento recorrente e as fontes orais constituíram-se, então, como «um novo documento» (Gluck, 2002: 5) preferencial, sobretudo no estudo dos movimentos de mulheres contemporâneos, objeto de estudo privilegiado pelos grupos feministas que pretendiam reconstituir a memória coletiva das mulheres enquanto sujeitos políticos. Nesta consonância, a valorização das fontes orais foi acompanhada por um esforço de legitimação da subjetividade e da proximidade entre objeto de pesquisa e sujeito investigador (Mies, 1991).

Questionando a conceção de conhecimento científico assente no pressuposto de que o/a investigador/a é um elemento passivo face a uma realidade que se lhe vai desvelando mediante a aplicação rigorosa dos procedimentos metodológicos da sua disciplina, a epistemologia feminista contribuiu para uma alteração semântica do conceito de objetividade, evidenciando a importância da prática científica que sustenta a produção de conhecimento e o contexto social da própria ciência (Nash, 1984). A pessoa que investiga passa, também, a ser vista como um sujeito situado, ou seja, alguém com uma pertença de género, social, étnica e outras.

Este modo de fazer história, porém, revelou-se insuficiente para incorporar as diversas experiências das mulheres, apreender a ação de mulheres e de homens sobre uma determinada realidade, bem como a forma como esta atua sobre umas e outros e conforma as suas relações e hierarquias, de modo a reinterpretar a sociedade como um todo (Gordon, 1991). Tornava-se também necessário ultrapassar a noção, subjacente à maioria dos estudos realizados, de que as mulheres eram vítimas ou rebeldes no quadro de um poder opressor masculino hegemónico.

Após essa primeira fase de produção de conhecimento centrado sobre o contributo específico das mulheres para o desenvolvimento humano, a História das Mulheres confrontou-se com a necessidade de reinterpretar a sociedade como um todo, tornando-se uma história relacional. A consciência de que as mulheres não têm todas a mesma história, ou seja, de que as mulheres não cons-

tituem uma categoria homogênea, exigiu que a história das mulheres se ressituassem face à diversidade, complexidade e, mesmo, incongruência inerentes a essa pluralidade (Bock, 1989). Como afirma Linda Gordon, as historiadoras «deslocaram-se para uma análise do passado menos gloriosa e também mais ambivalente» (Gordon, 1991: 74), procurando realizar, não só uma história diferente, mas sobretudo crítica. As categorias da história tradicional foram, então, postas em causa. As fontes foram revisitadas a partir de novas interrogações, conduzindo a uma reescrita da História, e os diálogos interdisciplinares alargaram-se.

Albertina Jordão, no artigo «A posição das mulheres trabalhadoras num mundo em evolução. Uma jornalista portuguesa na Conferência Internacional do Trabalho», baseia-se em dois tipos de fontes: o relatório de Alda Maфра, a única mulher que participou na delegação sindical portuguesa à 48ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), sobre o trabalho realizado pela Comissão especializada que tratou da problemática «mulheres trabalhadoras num mundo em mudança» e as atas desta Comissão. A autora descreve alguns dos assuntos mais controversos, na altura, sobre as mulheres e o trabalho, tais como a maternidade, o trabalho a tempo parcial e a conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares; aspetos que pautaram as relações entre Portugal e a OIT durante o Estado Novo e a transposição para o âmbito nacional das diretivas da OIT.

A questão do silenciamento das mulheres na investigação científica e da necessidade da reescrita da História, está presente no artigo «Uma Mulher Singular. Mary Shelley (1797-1851)», Clara Queiroz expõe os traços que marcaram a vida e a obra de Mary Shelley, autora de *Dr. Frankenstein*. Sublinhando o anonimato a que foi votada até aos anos de 1980, em contraste com o êxito mítico da sua obra *Dr. Frankenstein*, a autora desvenda os fatores que explicam a sua formação intelectual (filha de Mary Wollstonecraft e William Godwin e companheira de Percy Shelley) e o processo de descoberta da sua obra, a partir dos 1980, bem como a coerência entre os seus ideais de liberdade e de igualdade, o seu percurso de vida e a sua vasta produção literária, no quadro histórico das revoluções liberais e do movimento ideológico, político e cultural do Romantismo. O seu posicionamento crítico patente, nomeadamente em *Dr. Frankenstein*, o caráter pioneiro que imprimiu à edição dos escritos do poeta Percy Shelley e à sua obra surgem intrinsecamente associados à vivência dos constrangimentos sociais, morais e ideológicos impostos pela sociedade inglesa às mulheres que quebravam os cânones sociais burgueses oitocentistas.

### **O conceito de género e a investigação histórica**

O conceito de género, utilizado para convocar todas as diferenças, socialmente estabelecidas, entre mulheres e homens, foi utilizado na disciplina histórica desde os anos 1970, sendo de referir a historiadora Nathalie Zemon Davis, que utilizou aquele conceito para sublinhar o peso dos papéis sexuais e do seu simbo-

lismo na história social (Davis, 1976)<sup>3</sup>. Na segunda metade dos anos 1980, a reflexão teórica sobre a importância do conceito de gênero para a investigação histórica introduziu um ponto de viragem na história das mulheres com os trabalhos de Joan Scott (1986) e de Gisela Bock (1989). O parâmetro gênero passou a funcionar como uma «grelha de leitura científica nova» (Collin, 1995: 348) que permite compreender o modo como as relações sociais e simbólicas entre mulheres e homens se redefiniram em cada momento histórico como relações sociais diferenciadas, hierarquizadas e de poder. A introdução da dimensão do poder no conceito de gênero (Scott, 1986) foi fundamental para desvincular a história das mulheres da história social, domínio considerado, à partida, privilegiado para o estudo das relações sociais entre os sexos, mas que deixava de fora áreas como as da política e do poder. A análise da interação dos poderes e dos contrapoderes que constituem a trama do tecido social tornou-se fundamental para compreender como é que historicamente «o poder se diz na linguagem do gênero» (Thébaud, 2005: 64).

A categoria gênero tornou-se tão fundamental para a análise histórica como as de classe, de etnia e (mais recentemente valorizada) de idade (Pérez Cantó e Ortega López, 2002; Kergoat, 2010). A heterogeneidade e historicidade intrínsecas a cada uma das categorias tornam complexa a abordagem relacional, pois se o gênero é fator de heterogeneidade nas classes, etnias, idades, estas são também fatores de heterogeneidade no interior de cada um dos sexos. As mulheres, como categoria da pesquisa histórica, na qual se cruzam diferenças de época, de lugar, de classe, de etnia, de idade, entre outras, são ao mesmo tempo distintas e indistintas dos homens e das suas atividades. Nesta conformidade, tornou-se essencial que a história das mulheres, entendida como uma história relacional, ou uma história das relações sociais entre os sexos, se tornasse também, uma história das relações «no interior dos sexos» (Bock, 1989: 171).

As abordagens pós-modernistas, ao sublinharem que a noção de sexo é também uma construção social e, portanto, histórica, evidenciaram que não só o corpo tem uma história, como em cada contexto histórico se conferem determinados sentidos e usos sociais à sua identidade e ao seu desempenho (Flax, 1987; Peyre, Wiels e Fonton, 1991). Deste modo, o sexo feminino e o sexo masculino são categorias definidas e redefinidas em função de cada contexto histórico. A partir dos anos 1990, os estudos transgênero, salientando que os corpos nem sempre correspondem a essas categorias, mostraram «que os próprios corpos são lugares passíveis de mudança» (Chanter, 2000: 1240-41). Considerando que, como sustenta Fernanda Henriques, parafraseando Simone de Beauvoir, «não nascemos humanos: tornamo-nos humanos» (Henriques, 2004: 35), ganha sentido o postulado de que «ser homem ou ser mulher é, desde sempre, uma experiência socialmente construída e individualmente vivida» (Idem: 36)<sup>4</sup>, ou seja, que corpo

<sup>3</sup> Françoise Thébaud (2005) destaca os trabalhos de Robert Stoller (1968) e de Ann Oakley (1972) sobre a utilização do conceito de gênero, respetivamente na psicologia e na sociologia, para denominar a construção social das diferenças sexuais.

e identidade são modelados pela história, mas não de forma tão absoluta e total que o sujeito se reduza ao efeito de um discurso social determinista.

A pesquisa histórica tem evidenciado que os corpos têm sido modelados pela história. Pode considerar-se, por exemplo, o modo como diferentes variáveis – educação, moda, atividade física, hábitos alimentares, contextos urbano ou rural, profissional ou de classe, entre outras – influem na constituição física – mais entroncada e robusta, mais delgada e frágil, mais alta ou mais baixa, de formas mais ou menos acentuadas, etc. –, bem como nas posturas e nos desempenhos, procedendo ao ajustamento físico dos corpos a parâmetros definidos (Guillaumein, 1992; Joaquim, 1997). A sexualização dos desportos, que não se tem configurado da mesma maneira ao longo da história, é um exemplo claro de como as representações dominantes de feminidade (e de masculinidade) prescrevem normativos físicos. Thomas Laqueur, na senda de Foucault, evidenciou que a modernidade, com o desenvolvimento da biologia e da medicina no século XVIII, alterou a representação da diferença sexual «de um modelo unixexo hierarquizado para um modelo moderno de dois sexos» (Thébaud, 2005: 65), ou seja, de uma concepção monista, de um género com duas modalidades diferentes, para uma concepção dualista, de dois sexos, o masculino e o feminino, cada um deles com uma forte identidade física e moral. O sexo, que até então era pensado sobretudo em termos de identidade ontológica e cultural, passou a ser considerado primordialmente em termos físicos. Os indivíduos são sexualizados, em particular as mulheres que se tornam o seu próprio sexo e este torna-se o fundamento da identidade (Perrot, 2007).

Perante as oposições simbólicas que têm sustentado as assimetrias entre mulheres e homens, é fundamental analisar, simultaneamente, as mudanças nas vivências intra e inter-relacionais experienciadas por ambos os sexos e as alterações das noções de feminidade e da masculinidade (Scott, 1996; Strobel e Bingham, 2004). A história tem desempenhado um papel importante neste processo, no entanto, a desconstrução das representações contemporâneas dominantes destas categorias identitárias tem-se revelado mais difícil do que a identificação de realidades distintas em função do seu lugar histórico (tempo, espaço, cultura, religião, classe, etnia, etc.), o que levou Melinda Zook a questionar se «nos reconheceríamos nos nossos eus passados» (Zook, 2002).

Tendo em conta que a reflexão histórica é regressiva (Chesneau, 1976) e o conhecimento histórico tributário do presente, o contributo das epistemologias feministas para reposicionamentos teóricos e renovações metodológicas tem sido inegável. Os critérios de inteligibilidade histórica têm sido questionados e a ciência histórica é desafiada a construir novas interpretações, revendo objetos, conceitos, categorias, fontes e métodos.

No artigo «Autobiographies of Feminist Generations. Some reflections on

---

<sup>4</sup> A metáfora «não se nasce mulher, tornamo-nos um indivíduo» (Singly, 2005:48) remete também para o modo diferente como cada pessoa vive a dimensão de género.

narrating feminist stories», Marilisa Malizia situa-se no lugar epistemológico ocupado pelas fontes orais e nas especificidades metodológicas da análise, tratamento e interpretação das narrativas das mulheres que se têm revelado insubstituíveis e de importância crucial para a (re)escrita da História do(s) Feminismo(s) contemporâneos. As histórias relatadas por feministas e o quadro conceptual que torna inteligível o processo de construção temporal da memória são problematizadas pela autora, partindo dos modelos e das dinâmicas de transmissão das narrações feministas, do seu cariz relacional e seus impactos geracionais.

### **História das Mulheres e História do Género**

A constituição de uma história do género e o lugar atribuído à história das mulheres têm gerado controvérsias e debates. Campos distintos, mas complementares? Substituição da história das mulheres pela história do género? História do género como forma de neutralização do desafio fundador da história das mulheres?

A preferência pela história do género inseriu-se numa tendência mais geral, desenvolvida a partir dos anos 1980, mas acentuada ao longo da década seguinte, de renomeação dos estudos sobre as mulheres em estudos de género. As principais razões de tal mudança foram, segundo Marilyn Boxer, o facto da segunda nomenclatura se afigurar, por um lado, mais abrangente, o que permitia incluir outras problemáticas, como a das masculinidades e a das orientações sexuais (estudos *gay*, *lésbicos*, *queer*), por outro lado, um domínio mais científico e teorizável e, por fim, distinta da filiação feminista e política (Boxer, 2001). Pensou-se, também, que a focalização nas relações sociais de género, como problemática central do processo histórico, inverteria a atitude da comunidade académica, que se mostrara pouco sensível aos resultados e contributos da história das mulheres, distintamente do que se passara com outras áreas novas da historiografia (Scott, 1986; Richardson e Robinson, 1993).

A história do género pretende favorecer a apreensão do carácter mutável das assimetrias hierarquizadas entre os sexos, não só ao nível social, mas também simbólico e, ao evidenciar a inexistência de fundamentos estáveis da identidade, questiona a própria matriz da sua constituição, isto é, a dualidade dicotómica feminino/masculino (Hubert, 2004).

A substituição da história das mulheres pela história do género não se afigura, todavia, uma questão pacífica e os seus riscos têm sido enunciados (Gubin, 1994; Perrot, 2002). Um dos efeitos perversos de tal posicionamento poderá ser o abandono ou secundarização de domínios de investigação e de debate teórico e conceptual (e.g. mulheres, feminismo, patriarcado) que estão longe de se terem esgotado (Louis, 2005). Esta questão é particularmente pertinente em países, como Portugal, onde a produção em história das mulheres, é muito recente e, portanto, ainda incipiente e centrada na investigação empírica (Cova, 2003;

Vaquinhas, 2009). Em países como os EUA, a França, a Itália ou a Alemanha, onde este debate tem sido mais aceso, muitas/os investigadoras/es defendem que a história das mulheres e a história dos homens não se deve diluir na história do género. Michelle Perrot afirma, mesmo, que «há ainda muito caminho a percorrer. Não, a história das mulheres não terminou!» (Perrot, 2011: 231).

A utilização generalizada do conceito de género, em função de uma moda ou do que se designa por politicamente correto, suscita também preocupação, pois pode, na expressão de Gisela Bock, «descafeinar o desafio que supõe a história das mulheres» (Bock, 1991: 16), corroborando, de forma escamoteada, um discurso neutro sobre o género (Joaquim, 2004). Esta questão remete para uma outra problemática, a da definição do conceito de género, dado que este não é unívoco nem consensual (Louis, 2005; Fassin, 2008). O seu significado só pode ser compreendido a partir do uso que dele se faz em cada contexto histórico, ou seja, em função de cada lugar teórico, cultural, político, estratégico, ou outro, em que se debatem e reconfiguram as interpretações sobre as relações sociais entre os sexos e sobre as dinâmicas de poder que as constituem. Nesta perspetiva, Joan Scott, denunciando a banalização do uso do conceito, considera que é menos importante definir género do que questionar «como é que os Estudos de Género produzem os seus objetos de conhecimento, com que fim e com que efeitos» (Scott, 2000).

A história das mulheres e do género, ambas consideradas na perspetiva da história relacional, desafiam a ciência histórica, qualquer que seja o seu enfoque – social, económico, político, mentalidades, religiões entre outros –, ou o seu objeto de estudo – o privado, a cidadania, o trabalho, a educação, a democracia, os nacionalismos, a sociabilidade, a religião, o corpo, ou outro –, a problematizar, quer o modo como mulheres e homens se relacionam e experienciam a sua vivência, quer o modo como essas relações se constroem em cada lugar/tempo social e configuram, real e simbolicamente, uma existência humana sexuada.

### **História das Mulheres e História ensinada**

Os contributos da produção historiográfica em estudos sobre as mulheres e do género dificilmente têm integrado o ensino da História, como o demonstram as incongruências entre a História-conhecimento que a ciência preconiza, a História-conhecimento que o currículo enuncia e que os Programas de História selecionam e a História ensinada/aprendida que as práticas pedagógicas de diferentes gerações de docentes implementam e que os manuais escolares apoiam.

Em contrapartida, a marginalização do conhecimento histórico sobre as mulheres nos diferentes meios de divulgação, dirigidos a públicos heterogéneos e indiferenciados, tem vindo a atenuar-se ao longo das últimas duas décadas, principalmente no que diz respeito à História Contemporânea e, de forma mais significativa e sistematizada, mais generalizada e diversificada, em relação ao período da 1ª República, como podemos ler no artigo de João Esteves «Produção, transmissão

e reenquadramento do conhecimento por via da História das Mulheres: o caso da 1ª República». O autor traça o percurso da produção historiográfica nacional sobre as mulheres que viveram neste período, entrosando a sua gradual incorporação no meio académico e na comunidade científica, o progressivo interesse editorial pela temática, o crescente número de Exposições científicas e o papel impulsionador das comemorações do centenário da implantação da 1ª República, em 2010. No panorama descrito pelo autor, sobressaem as iniciativas de divulgação focalizadas em personalidades femininas que se destacaram, simultaneamente, nos movimentos feministas e de defesa do republicanismo, nos fins de oitocentos e primeiras décadas de novecentos, sendo bem menos numerosas as que privilegiam uma perspectiva de História relacional, protagonizada por mulheres e por homens, enquanto colectivo(s) e enquanto indivíduos, na multiplicidade e na convergência/divergência das suas opções e linhas de ação. Em relação a esta nova abordagem, o autor sublinha a importância da Exposição «Percurso, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República», por apresentar, na ótica de história do género, os múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres nos diferentes setores da sociedade portuguesa da 1ª República, a pluralidade dos seus protagonismos e sua participação nas dinâmicas dos poderes e dos contrapoderes, tomando parte nos grupos que apoiaram e que defenderam o republicanismo ou a monarquia.

No que concerne à História ensinada, em Portugal, os princípios orientadores do currículo e, em consonância com estes, as finalidades da disciplina de História, são enunciados a partir de uma conceção coletiva e plural de *sujeito* histórico e de uma perspectiva de História total, de valorização das diversas dimensões da vida em sociedade, da sua complexidade e da intrínseca relação entre as diferentes áreas de atividade humana (política, institucional, mental, económica, social, artística, cultural, militar, religiosa). Em contradição com estes princípios e intenções e, tal como se verifica em outros países europeus, os conteúdos programáticos de História continuam a privilegiar a esfera política e a militar, secundadas pela esfera económica (esta última em estreita relação com a atividade financeira e o desenvolvimento técnico), em detrimento dos domínios social, cultural e das mentalidades (Fernandez Valencia, 2011; Sant Obiols, 2011; Nunes, 2007; Zancarini, 2004; Vaquinhas, 2000). Este facto acentua-se quando se tratam as épocas mais recentes e reforça-se no tratamento conferido ao período contemporâneo. Tendo em conta as conceções dominantes de história política, militar e económica que ainda subjazem aos Programas de História, a relevância conferida a estas três dimensões, e em especial à história política, é, para muitas autoras, uma das razões da exclusão das mulheres na História que se ensina (Scott, 1993; Sant Obiols, 2011).

Por sua vez, os manuais escolares, recurso incontornável no ensino/aprendizagem dos conteúdos programáticos e fonte legitimadora do saber instituído, têm revelado, nos últimos anos, alguns progressos em diversos países da Europa, incluindo Portugal. Incidindo predominantemente no ensino da História Contemporânea, estes progressos consistem, no essencial, em algumas preocupações ao nível da linguagem, embora não sejam nem uniformes nem sistemáticas, em

formas de representação das mulheres mais cuidadas e menos estereotipadas e numa maior visibilidade do protagonismo social das mulheres – em atividades partilhadas e experiências vivenciadas com os homens (as condições de vida e de trabalho; os espaços de lazer e de sociabilidade) e, principalmente, em torno da (des)igualdade de direitos de que é exemplo paradigmático o sufrágio.

Algumas autoras vêem este progresso como uma eventual resposta à legislação e/ou às recomendações emanadas, nos últimos anos, pelos organismos públicos que tutelam a Educação (como Portugal e Espanha, França), sobre a integração das mulheres nos conteúdos de aprendizagem e em particular nos dos manuais escolares. Todavia, tal como têm vindo a sublinhar, ainda que importantes, eles são ainda incipientes, constituindo um primeiro passo de um longo caminho a percorrer e revelam, no essencial, uma intenção, de autoras/es e de editoras, de integrar as mulheres na História ensinada/aprendida. A fragilidade destes progressos evidencia-se nas inconsistências de linguagem (verbal e visual), ora incluindo as mulheres e a perspectiva do género, ora mantendo (com maior frequência) uma narrativa histórica androcêntrica, continuando a gerar significativas incongruências nas mensagens veiculadas pela palavra e pela imagem. Mas acima de tudo, os progressos verificados nos manuais escolares não traduzem uma mudança de perspectiva histórica e, conseqüentemente, de abordagem do processo histórico, manifestando concepções historiográficas que sustentam um ensino da História centrado na ação masculina (Fernandez Valencia, 2011; Zancarini, 2004).

As mulheres ainda não fazem parte do sujeito histórico, tal como sucede com os homens, mantendo-se frequentemente nas margens da História que se ensina e, pela forma como surgem documentadas nos manuais escolares, exteriores à narrativa histórica. As referências às mulheres, ainda que mais frequentes, mantêm um carácter pontual, descontextualizado e pouco inteligível, tornando-se historicamente irrelevantes nos fenómenos considerados mais marcantes na História da Humanidade e que continuam a ser os de cariz político e militar. Elas testemunham e beneficiam da ação transformadora, inovadora e criadora dos homens. Enquanto estes são indissociáveis dos factos históricos, protagonizando-os, as mulheres ainda parecem ser-lhes alheias, assistindo, sofrendo ou beneficiando, de forma anónima, da ação masculina (Nunes, 2007).

Concomitantemente, a reabilitação do acontecimento e a importância dada às grandes personalidades através do regresso às biografias não trouxeram para a História ensinada, de forma significativa e generalizada, novas abordagens que evidenciem a pluralidade de atores da História, nem a compreensão da complexidade das relações entre as diversas forças presentes em todos os fenómenos e momentos, as que se impõem, as que se mantêm aparentemente secundarizadas e as que se tornam ou permanecem invisíveis. A História ensinada/aprendida ainda não integrou esta concepção de sujeito histórico plural, do qual fazem parte homens e mulheres, conferindo a estas a mesma diversidade e pluralidade que tem sido atribuída àqueles (Wieviorka, 2004). Isso implica romper com a tipifica-

ção da representação das personagens femininas, presentes nos manuais escolares e no ensino da História: as «masculinizadas» e as transgressoras; as vítimas e as que personificam os cânones atribuídos ao sexo feminino e, a partir da época contemporânea, as feministas (Sant Obilos, 2011). Pôr em causa esta representação redutora passa por valorizar e compreender a diversidade de coletivos de mulheres, as divergências das suas opções e linhas de atuação, a pluralidade dos seus percursos e a heterogeneidade das suas condições de vida e formas de integração nas sociedades do seu tempo.

Na mesma linha, a inclusão efetiva das mulheres no ensino da História exige questionar o conceito de «protagonismo histórico» que, no quadro de uma História androcêntrica, é entendido exclusivamente como atividade, marginalizando-se o significado histórico da passividade, quando ambas são responsáveis pelas ruturas e permanências, pelo «ritmo, a duração e intensidade das mudanças» (Fernandez Valencia, 2011: 16).

Neste sentido a inclusão da História das Mulheres e do Género no ensino e aprendizagem da História permite conhecer e compreender as relações de poder e dos mecanismos sociais de dominação/subordinação historicamente construídos. Este desafio coloca-se não apenas aos programas de História e aos manuais escolares, que lhes têm servido de suporte, mas também, e com mais acuidade, aos novos recursos pedagógicos, em suporte digital, que mais recentemente têm vindo a ser comercializados pelas editoras escolares e os que têm vindo a ser disponibilizados em linha, de forma gratuita, em sítios web como os dos organismos públicos que tutelam o sistema educativo (Pinto, 2011).

Com uma História ensinada/aprendida que integre o conhecimento histórico sobre as mulheres e que, a par da *grelha de leitura científica nova* defendida por J. Scott na investigação histórica, se torne uma História diferente e crítica, alterando de forma significativa a conceção de sujeito histórico e a perspetiva de abordagem do processo histórico, a disciplina de História poderá ter a função de «preparar para considerar questões complexas» (Matoso, 1999: 12).

## Referências

- Bock, Gisela (1989), «História, História das Mulheres, História do Género», *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 4, pp. 158-187.
- Bock, Gisela (1991), «La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional», *Historia Social*, nº 9, Universidad de Valencia, pp. 55-77 [em linha], disponível em [http://www.sas.ac.uk/ilas/genero\\_segunda\\_1\\_bock.pdf](http://www.sas.ac.uk/ilas/genero_segunda_1_bock.pdf) (consultado em 07/07/2004).
- Boxer, Marilyn J. (1991), «“Women’s Studies” aux États-Unis trente ans de succès et de contestation», *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, nº 13, *Intellectuelles*, 34 páginas [em linha], disponível em [http://clio.revues.org/document142.html?\\_format=print](http://clio.revues.org/document142.html?_format=print) (consultado em 08/09/2006).
- Certeau, Michel de (1987), «A operação histórica», in Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.),

- Fazer História, vol. 1, *Novos Problemas*, Venda Nova, Bertrand, 2ª ed., pp. 17-58.
- Chanter, Tina (2000), «Gender Aporias», *Signs. Journal of Women in Culture and Society*, vol. 25, nº 4, pp. 1237-1241.
- Chesneaux, Jean (1976), *Du passé faisons table rase?*, Paris, Maspero.
- Collin, Françoise (1995), «Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia», in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Françoise Thébaud, (dir.), *O Século XX*, Porto, Ed. Afrontamento, pp. 315-349.
- Cova, Anne (2003), «L'histoire des femmes au Portugal: le XXe siècle», in BOCK, Gisela, COVA, Anne (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, pp. 49-66.
- Davis, Natalie Zemon (1976), «"Women's History" in Transition: The European Case», *Feminist Studies*, vol. 3, nº 3/4.
- Fassin, Eric (2008), «L'empire du genre. L'histoire politique ambiguë d'un outil conceptuel», *L'Homme* 2008/3-4, nº 187-188, pp. 375-392.
- Flax, Jane (1987), «Postmodernism and Gender. Relations in Feminist Theory», *Signs*, nº 4, pp. 621-643.
- Gluck, Sherna Berger (2002), «What's So Special about Women? Women's Oral History», in Susan H. Armitage, Patricia Hart e Karen Weathernon (eds.), *Women's Oral History. The Frontiers Reader*, London, Frontiers Pub., pp. 3-20.
- Gordon, Linda (1991), «What's new in Women's History», in Sneja Gunew (ed.), *A Reader in Feminist Knowledge*, London, Routledge.
- Gubin, Eliane (1994), «Histoire des femmes, histoire de genre», *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Études sur les Femmes*, nº 2, pp. 89-103.
- Guillaumin, Colette (1992), «Le corps construit», in *Sexe, Race et Pratique du pouvoir: L'idée de nature*, Paris, Côté-Femmes, pp. 117-142.
- Fernández Valencia, Antonia (2011), «Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia», *Didáctica de las ciencias experimentales y sociales*, nº 18, 2005, pp. 5-24.
- Henriques, Fernanda (2004), «Gênero e desejo. Da biologia à cultura», *Cadernos de Bioética*, Ano XII, nº 35, p. 33-49.
- Hubert, Ollivier (2004), «Féminin/masculin: l'histoire du genre», *Révue d'Histoire de l'Amérique Française*, vol. 57, nº 4, pp. 473-479 [em linha], disponível em <http://www.erudit.org/revue/haf/2004/v57/n4/009638ar.pdf> (consultado em 02/10/2006).
- Joaquim, Teresa (1997), *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século.
- Joaquim, Teresa (2004), «Ex æquo: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal», *Revista de Estudos Feministas [on line]*, vol. 12, nº especial, pp. 88-93 [em linha], disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_ar\\_ttext&pid=s0104-026X2004000300009&Ing=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ar_ttext&pid=s0104-026X2004000300009&Ing=en&nrm=iso&tlng=pt) (consultado em 02/10/2006).
- Kergoat, Danièle (2010), «Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais», *Novos Estudos*, 86, pp. 93-103.
- Mattoso, José (1999), *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, Lisboa, A.P.H.
- Le Goff, Jacques, Nora, Pierre (dir.) (1977-1978), *Fazer História*, 3 vols., Venda Nova, Bertrand.
- Louis, Marie-Victoire (2005), «Dis-moi, «le genre», ça veut dire quoi?», *Sisyphé*, [em linha], disponível em [http://sisyphe.org/article.php?id\\_article=1810](http://sisyphe.org/article.php?id_article=1810) (consultado em 02/10/2006).
- Mies, Maria (1991), «Women's Research or Feminist Research? The Debate Surrounding

- Feminist Science and Methodology», in FONOW, Mary Margaret, COOK, Judith A. (ed.), *Beyond Methodology. Feminist Scholarship as Lives Research*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 60-84.
- Nash, Mary (1984), «Nuevas dimensiones en la historia de la mujer», in NASH, Mary (ed.), *Presencia y protagonismo. Aspectos de la historia de la mujer*, Barcelona, Ediciones del Serbal, pp. 9-50.
- Nunes, M. Teresa A. (2007), *Género e Cidadania nas Imagens de História*, Lisboa, CIG.
- Pérez Cantó, Pilar, Ortega López, Margarita (ed.) (2002), *Las edades de las mujeres*, Madrid, IUEM – Universidad Autónoma de Madrid.
- Pinto, Teresa (2011), «Género e Recursos Educativos Digitais de História» in AAVV, *Género e Recursos Educativos Digitais*, Lisboa, DGIDC, pp. 11-18.
- Perrot, Michelle (1998), *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- Perrot, Michelle (2002), «Faire l'histoire des femmes: bilan d'une expérience», in Jacqueline Laufer, Catherine Marray e Margaret Maruani (dir.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, PUF, (2<sup>a</sup> ed.), pp. 229-244.
- Perrot, Michelle (2011), «La rise de la parole», in Françoise Heritier, Michelle Perrot, Sylviane Agacinski e Nicole Bacharan, *La plus belle Histoire des Femmes*, Paris, Seuil, pp. 205-230.
- Peyre, Evelyne, Wiels, Joëlle, Fonton, Michèle (1991), «Sexe biologique et sexe social», in Marie-Claude Hurtig, Michèle Kail e Hélène Rouch (ed.), *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*, Paris, CNRS, pp. 27-50.
- Rago, Margareth (2012), *Gênero e História*, CNT-Compostela.
- Richardson, Diane, Robinson, Victoria (eds.) (1993), *Introducing Women's Studies. Feminist Theory and Practice*, London, Macmillan.
- Sant Obiols, Edda e Pagés Blanch, Joan (2011), «¿Por qué las mujeres son invisibles en la enseñanza de la historia?», *Revista Historia y Memoria*, nº 3, 2011, pp. 129-146.
- Scott, Joan Wallach (1986), «Gender: A Useful Category of Historical Analysis», *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5.
- Scott, Joan Wallach (2000), «Fictitious unities. «Gender», «East» and «West»», Paper presented at the 4th European Research Conference, Bologna, Italy, 23/09/2000 [em linha], disponível em <http://www.women.it/cyberarchive/files/scott.htm> (consultado em 16/03/2003).
- Scott, Joan Wallach (ed.) (1996), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press.
- Scott, Joan Wallach (ed.) (1996), *Feminism and History*, Oxford, Oxford University Press.
- Scott, Marion (1993), «Dale una lección: el currículo sexista en la educación patriarcal», in Dale Spender e Elisabeth Sarah, *Aprender a perder. Sexismo y Educación*, Barcelona, Paidós, pp. 129-153.
- Singly, François de (2005), «La place variable du genre dans l'identité personnelle», in Margaret Maruani (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 48-51.
- Strobel, Margaret, Bingham, Marjorie (2004), «The Theory and Practice of Women's History and Gender History in Global Perspective», in Bonnie G. Smith (ed.), *Women's History in Global Perspective*, vol.1, Urbana, University of Illinois Press, pp. 9-34.
- Thébaud, Françoise (1998), *Ecrire l'histoire des femmes*, Fontenay/Saint-Cloud, ENS Editions.
- Thébaud, Françoise (2005), «Sexe et genre», in Margaret Maruani (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 59-66.
- Vaquinhas, Irene (2009), «Estudos sobre a história das mulheres em Portugal: as grandes linhas de força no início do século XXI», *INTERthesis*, v.6, n.1, p. 241-253.
- Vaquinhas, Irene Maria (2002), «Impacte dos Estudos sobre as Mulheres na Produção

- Científica Nacional: o Caso da História», *ex æquo*, nº 6, pp. 147-174.
- Vaquinhas, Irene (2000), «Breves palavras a propósito da invisibilidade das mulheres nos Programas de História dos ensinos básico e secundário» in Irene Vaquinhas, «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Lisboa, Colibri, pp. 185-196.
- Wieviorka, Anette (2004), «Quelle place pour les femmes dans l’histoire enseignée?», *Notes d’Iéna*, nº 164, Conseil Économique et Social.
- Zancarini-Fournel, Michelle (2004), «La place de l’histoire des femmes dans l’enseignement de l’histoire», *Enseigner l’Histoire au présent*, nº 93, pp. 63-78.
- Zook, Melinda S. (2002), «Integrating Men’s History into Women’s History: A Proposition», *The History Teacher*, vol. 35, nº 3 [em linha], disponível em <http://www.history-cooperative.org/journals/ht/35.3/zook.html> (consultado em 30/05/2004).